

**O Custo da Água,
da Rejeição de Águas Residuais (saneamento)
e da Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (lixo)
em Vila Nova de Cerveira**



Junho 2020

I - Introdução

Dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística indicam que, em 1970, a esperança média de vida em Portugal era de 66,77 anos (64,0 para os homens e de 73,3 para as mulheres), tendo vindo a aumentar, de forma significativa, nos últimos anos. Portugal merece mesmo destaque por ser o que mais aumenta a esperança média de vida entre os países desenvolvidos, passando dos 81 anos para os 84,5 anos. E o cenário só tende a melhorar, pois há estudos que perspetivam que, dentro de duas décadas, Portugal vai estar no top 5 dos países com maior esperança média de vida, passando da 23ª para a 5ª posição, numa tabela com 195 países que, em 2040, será liderada pelo outro país ibérico, a Espanha (Instituto para as Métricas e Avaliação em Saúde, ligado à Universidade de Washington).

Sabemos que a longevidade do ser humano se deve, em grande parte, ao extraordinário desenvolvimento da medicina, mas também há outros fatores, como por exemplo as condições de salubridade e fundamentalmente da qualidade da água servida às populações. Se não vejamos, o exemplo de alguns países de África, em que a esperança média de vida não ultrapassa os 30 anos, e cuja explicação se deve, em grande parte, à insalubridade do ambiente e, como tal, à falta de água e com qualidade.

É do senso comum que a água é um bem essencial para todos os seres vivos do planeta, incluindo a vida humana. Sabemos que há outros bens essenciais para o Homem – como o pão e o acesso à rede elétrica -, mas o mais valioso e essencial é, indubitavelmente, a água, em quantidade e em qualidade em prol da saúde, do bem-estar e do equilíbrio do corpo humano.

Num estado socializado, uma das opções a ponderar poderia ser a distribuição gratuita de bens essenciais à população, nomeadamente a água. No entanto, o regime português não só não coloca esta hipótese, como impõe que o fornecimento de bens, como a água e a rejeição de águas residuais (saneamento) e a recolha de resíduos sólidos urbanos (lixo), tem de repercutir no utilizador final os custos e as suas atualizações, bem como as taxas de recursos hídricos de água e saneamento, e a taxa de gestão de resíduos, cujo valor reverte como receita para o Estado. Apesar de todo o serviço prestado ser da competência dos municípios, sob tutela e vigilância pela entidade reguladora (ERSAR), estes imperativos legais têm de repercutir os custos no consumidor. E esse desidrato tem de ser cumprido, sob pena de aplicação de sanções ao incumpridor (Município).

Tudo na vida é uma questão de opção, e esta do pagamento pelo preço de custo do preço dos bens é uma opção do regime. Ao invés de financiarmos milhões de milhões a bancos, companhias de seguros e outros grupos económicos (casos do Novo Banco, BPN, etc.), ao invés de subsidiarmos uma companhia bandeira como a TAP com custos de muitos milhões de euros para os contribuintes, ao invés de promovermos as autoestradas como nos países mais ricos da Europa, ao invés de sustentarmos sumptuosamente algumas das famílias mais ricas ou privilegiadas do país, o Estado poderia optar por, efetivamente, fornecer estes bens essenciais (água, pão, energia elétrica...) a custo zero ou simbólico. Mas a opção não vai nesse sentido, temos de pagar o custo real do serviço acrescido dos impostos associados.

Temos a noção que, ao longo da última crise financeira (2009-2015), o Estado e, portanto, todos os contribuintes suportaram, com estas opções de ‘tapar’ os buracos criados pelas situações anteriormente descritas, um custo de muitos milhares de milhões de euros, uma verba que provavelmente se aproximará do montante financeiro concedido pela ‘troika’ a Portugal, e que tivemos, e continuamos, a ter que pagar - Estado e contribuintes.

- Vejamos o custo dos serviços da Água, do Saneamento e dos Resíduos Sólidos Urbanos no Município de Vila Nova de Cerveira.

II - Enquadramento (até ao final do ano de 2019)

Vila Nova de Cerveira foi o segundo concelho do distrito de Viana do Castelo a ter rede elétrica graças “às generosas águas do rio Coura e ao engenho da Hidroelétrica do Coura, uma empresa familiar fundada por caminhenses que, nos anos seguintes, a partir da Central de Covas, levou a “luz do progresso”... a Viana do Castelo (1915), Vila Nova de Cerveira (1920), Ponte de Lima (1923) e, mais tarde, Paredes de Coura (1937)” (in “*o Coura se Fez Luz*”, de Paulo Torres Bento).

Também no que diz respeito à água canalizada, o concelho cerveirense, por opção dos diversos executivos municipais, que apraz registar, foi precursor tendo, neste momento, um serviço de distribuição de água que abrange, em termos de acessibilidade física, mais de 99% da população concelhia. O desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida dos Cerveirenses constituem-se como prioridades constantes do Município de Vila Nova de Cerveira, pelo que o abastecimento de água e a drenagem de águas residuais são aspetos que têm sido objeto de uma cuidada atenção.

Até 31 de dezembro de 2019, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira geriu o sistema de distribuição de água na área geográfica do concelho, excluindo a Freguesia de Covas, que era assegurado pela respetiva Junta de Freguesia. Recorrendo a números, estamos a falar de um sistema de abastecimento que servia 5536 alojamentos (se fosse a incluir-se Covas seriam 6171 alojamentos) e o comprimento atual da rede é estimado em 310 km.

A água em Vila Nova de Cerveira é, maioritariamente, captada através de 29 Subsistemas de distribuição de água, dispondo de cerca de 30 reservatórios abastecidos por mais de 50 captações. Genericamente, as freguesias da orla do rio Minho até à cota altimétrica de 370m são abastecidas em regime de exclusividade pela empresa Águas do Norte que corresponde a cerca de 65% a 70% da água consumida.

Não obstante, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira era a entidade gestora da rede de abastecimento de água e da drenagem de efluentes residuais domésticos na sua vertente “em baixa”.

A “alta” (água e saneamento), por sua vez, desde o ano 2000, é gerida pela empresa Águas do Norte.

O serviço de recolha de águas residuais domésticas abrange, em termos de acessibilidade física, mais de 70% da população concelhia, prevendo-se que, a curto prazo, passe para uma cobertura de cerca de 74%.

No total, **Vila Nova de Cerveira tem 5851 consumidores, dos quais 5162 domésticos e 689 não domésticos que, desdobrando perfaz a seguinte radiografia:**

- **Consumidores da água no ano 2019 (concelho de Vila Nova de Cerveira, exceto freguesia de Covas):**
 - ✓ Consumidores domésticos: 4675
 - ✓ Consumidores não domésticos: 672
- **Consumidores de água em 2020, na Freguesia de Covas:**
 - ✓ Consumidores Domésticos: 487
 - ✓ Consumidores não domésticos: 17

III - Qualidade da água

Os vários relatórios de carácter anual do ERSAR sobre o “Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano” confirmam que a distribuição de água para as habitações de Vila Nova de Cerveira é segura e de confiança (96,06% referente a 2018), no entanto, vem crescendo a necessidade de correção de alguns parâmetros.

A principal recomendação prende-se com a regulação do indicador pH que, em termos teóricos e conhecidos, não representa qualquer risco para a saúde pública, no imediato. A persistência de baixos valores de pH (indicador CR2 do estudo) necessita de ser corrigida para garantir a qualidade da água distribuída.

Da análise realizada pela autarquia, a solução mais adequada à situação é a continuidade do investimento na remodelação das infraestruturas genericamente envelhecidas, com o objetivo de minimizar a ocorrência de fugas de água e garantir a adequada adução, mas sobretudo na:

- implementação de um mecanismo adequado que regule o teor pH;
- introdução de mais automatismos para controlo paramétrico da água, de forma a oferecer não só um serviço de excelência, mas também que cumpra as imposições regulamentares das diretivas comunitárias;
- modernização dos sistemas de controlo de volumes e caudais de água nos reservatórios e condutas e aumentar o controlo de perdas e a eficiência do sistema;
- modernização dos sistemas de leituras dos consumos, de forma a garantir a fiabilidade dos respetivos consumos e faturação.

- Vamos algumas contas (água):

Quanto custa 1m³ de água colocada à disposição nas nossas torneiras?

- No ano de 2019, com o objetivo de abastecer a população do que se considera os cerca de 65% a 70% do concelho até à cota altimétrica de 370m, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira comprou às Águas do Norte 501.738m³ de água, o que correspondeu a 304.474,27 euros;
- E faturou no conjunto do Município (água adquirida às Águas do Norte, mais água captada pela autarquia), exceto Covas, 537.202,00 euros, correspondente a 469.361m³;
- Se considerarmos que, em perdas de rede e água não faturada, há uma perda superior a 50% (segundo Relatório do ERSAR) com tendência a crescer com uma rede já velha e em possível deterioração, teremos que o custo de água por m³ de água adquirida e pronta para distribuição a colocar nas nossas casas é cerca de 1 euro;

Acresce:

- A distribuição em baixa, bombagens e respetivas bombas, eletricidade, trabalhadores de manutenção e viaturas e o inevitável e muito dispendioso investimento para manutenção e/ou modernização da rede.

De realçar que, nestas contas, está excluída a Freguesia de Covas porque não se encontrava ainda integrada no sistema municipal de abastecimento de água, o que só veio a acontecer a 1 de janeiro de 2020.

Como foi referido anteriormente, cerca de 70% da população tem a garantia de quantidade e boa qualidade nas suas torneiras, águas provenientes do fornecimento das Águas do Norte. Mas não nos podemos esquecer que os restantes 30% da população também pertencem ao concelho e também têm o direito de ter as mesmas garantias de quantidade e qualidade de água, nomeadamente as freguesias de Sapardos, Mentrestido, Gondar e Candemil, Sopo, e a freguesia de Covas recentemente incorporada no sistema de água da gestão do município.

Porque não podemos ter Cerveirenses X, Y ou Z, toda esta intervenção tem em conta 3 vertentes de enorme importância:

- Saúde pública (Qualidade química biológica da água);
- Saúde financeira do município;
- Garantia de quantidade de água com a disponibilidade de abastecimento.

Para a garantia destes pressupostos, tornou-se necessário e imperioso um brutal investimento neste setor e que só se tornou concretizável com a adesão à empresa Águas do Alto Minho (ver página 11)

A adesão do Município à empresa teve como finalidade fundamental a realização imediata de um avultado leque de investimentos através de candidaturas ao POSEUR (CUA – Ciclo Urbano da Água) – a saber:

- Reforço da Rede de Água em Baixa às Freguesias do Interior - Reservatório, Adução e Distribuição (Sapardos, Candemil/ Gondar, Mentrestido) (em concurso público, já publicado na 2ª série do Diário da República de 9 de abril de 2020) | Investimento de 811.250,69 € + IVA;
- Abastecimento de Água na Freguesia de Cornes – Ligação Alta/ Baixa do Reservatório de Laceiras ao Pólo Industrial II (concluído) | Investimento de 154.055,78 € + IVA;
- Abastecimento de Água à Freguesia de Covas 2ª fase (em concurso público, já publicado na 2ª série do Diário da República de 9 de abril de 2020) | Investimento de 904.326,88 € + IVA;
- Instalação de equipamentos de monitorização e controlo nos sistemas de abastecimento de água - equipamentos de monitorização e controlo no Município de Vila Nova de Cerveira (para concurso) | Investimento de 1.200.000,00 € + IVA;
- Remodelação da rede de abastecimento de água na EN 13 (em concurso público, já adjudicado) | Investimento de 1.246.049,91 € + IVA.
- E que além dos investimentos já aprovados e anteriormente referidos, para a adequada sustentabilidade e boa gestão e qualidade do serviço a prestar no abastecimento de água domiciliária são necessários ainda avultados investimentos a médio prazo (que estimamos na ordem dos 4 a 5 milhões de euros) para a substituição de contadores (alguns já de muita difícil leitura), implementação dos serviços de telegestão do sistema, controlo de perdas que, atualmente, superam os 50% da água captada, manutenção e substituição das redes que vão ficando progressivamente mais degradadas, telemetria para a gestão administrativa e automatização dos sistemas de desinfeção e de controlo paramétrico da água (nomeadamente cloro e Ph), para o que se torna necessário dotar todos os reservatórios com ligação à rede de energia elétrica.

IV - Saneamento básico

Se no abastecimento de água, o panorama de cobertura é 99% com esta dicotomia de serviço, relativamente ao saneamento o panorama é mais desfavorável, pois sabemos que estas freguesias, onde a orografia é mais acidentada e as habitações mais dispersas, é tecnicamente mais difícil e logo mais dispendioso, colocar à disposição dos utilizadores um sistema de drenagem de águas residuais domésticas (Saneamento).

No entanto, pela mesma razão anteriormente exposta, e porque temos de procurar tratar os municípios da mesma forma, haveria de encontrar um sistema que tecnicamente desse resposta a esta necessidade de garantia de um serviço de boa qualidade e de salvaguarda dos lençóis freáticos e, conseqüentemente, do meio ambiente.

É óbvio que esse sistema já existe, e até pela mudança de paradigma noutros países desenvolvidos, para povoamentos dispersos e com situação de instalação difíceis, a opção é a disponibilização de um meio móvel que faça sistematicamente e programadamente a recolha destes efluentes previamente depositados em fossas de contenção temporária.

Contudo, este processo é dispendioso e só se justifica para um grande número de utilizadores, como é óbvio e porque sabemos que o Município de Vila Nova de Cerveira tem 4.539 habitações com acesso a rede de saneamento, numa extensão de rede de 124.5km, e só 1.632 habitações sem acesso, logo não será viável. Daí que se conclua que este processo só é viável no âmbito de um conjunto de municípios que se articulem e tenham este mesmo fim. É, portanto, mais um serviço com o qual contamos, porque assim o foi estabelecido, a curto/médio prazo, com a implementação da Águas do Alto Minho - ADAM.

Também nesta área, e para cumprir os mesmos desideratos de qualidade e quantidade do serviço, foram e são necessários grandes investimentos, para que o concelho tenha uma cobertura de rede de cerca de 80%, correspondente a 74% das habitações, apesar de não conseguirmos abranger todos os locais mais dispersos pelas razões evocadas anteriormente.

Com a intenção da adesão e, posterior, concretização da adesão à ADAM, foram aprovadas as seguintes intervenções:

- Ampliação e Remodelação das Redes de Saneamento Básico: Implementação do Sistema de Águas Residuais Domésticas na Freguesia de Cornes – 1.ª Fase; Saneamento Básico na Rua da Bemposta e Rua de S. João, em Reboreda; Saneamento Básico na Rua da Costa, Rua da Pedreira, Rua de S. Tiago e Rua do Tojal, em Nogueira; Ampliação e Remodelação das Redes de Saneamento Básico – Rua do Caminho Velho, Rua do Cortinhal e Rua de Chaquel, em Campos (em fase de conclusão) | Investimento de 794.424,69 € + IVA;
- Implementação do Sistema de Águas Residuais Domésticas na Freguesia de Sopo – 1.ª Fase (em execução) | Investimento de 697.395,00 € + IVA;
- Ainda a aguardar aprovação encontra-se a candidatura das Intervenções na Rede de Drenagem de Águas Residuais em Baixa no Município de Vila Nova de Cerveira (SAR Vila Nova de Cerveira) que implica a modernização das Infraestruturas de Saneamento Básico do Bairro Alto das Veigas, Bairro da Calçada e Bairro do Lourido; Instalação de rede de SAR na Rua Senhora do Porto em Loivo; Requalificação das Infraestruturas de Saneamento Básico da EM 516 | Investimento de 254.066,05 € + IVA.

- Vamos a algumas Contas (saneamento):

- No ano de 2019, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira entregou às Águas do Norte 589.538m³ de águas residuais (saneamento), o que custou ao erário municipal 402.275,38 euros;
- Neste contexto, a autarquia faturou o correspondente a 306.167,28 euros.

Mais uma vez, e nestas contas, a Freguesia de Covas encontra-se excluída porque não estava integrada no sistema municipal de recolha de águas residuais domésticas (saneamento), o que só veio a acontecer a partir 1 de janeiro de 2020.

V - Resíduos Sólidos Urbanos

- Vamos a algumas Contas (RSU):

- Em 2019, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira gastou para a recolha de resíduos sólidos urbanos no município 326.074,02 euros (valores pagos à Suma para prestação de serviços de recolha dos resíduos sólidos urbanos e à Valorminho para deposição dos mesmos resíduos no Aterro Sanitário, conforme o documento de prestação de contas);
- Acrescem os custos de substituição de contentores, manutenção e substituição de ecotainers, recolha dos resíduos verdes, recolha e tratamento de monstros e outros resíduos de grandes dimensões);
- De acordo com o mesmo relatório faturou 373.937,02 euros.

VI - O caso excepcional de Covas

Desde o dia 1 de janeiro de 2020 que a gestão do sistema de abastecimento de água da Freguesia de Covas passou para a alçada da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, através de um protocolo estabelecido com a Junta de Freguesia para dar resposta a duas necessidades:

- O cumprimento da imposição legal do regulador ERSAR que, todos os anos, apresentava penalizações ao Município - de ordem financeira e de estatuto na excelência da água – pela não execução dos requisitos identificados;
- Promoção dos investimentos fundamentais para garantir - no imediato, a médio e longo prazo - o abastecimento de água, em qualidade e quantidade, a toda a população de Covas. Além disso, esta medida dota todo o território de Vila Nova de Cerveira de condições de igualdade na boa receção deste bem essencial a cada habitação, bem como na equiparação de tarifas.

VI.I - O Custo da Água de Covas

A rede de abastecimento de água da Freguesia de Covas já tinha mais de 40 anos, sem a necessária e permanente manutenção. É verdade que a Junta de Freguesia fazia todos os esforços para, dentro das suas possibilidades, ir colmatando todas estes problemas, mas também é verdade que a situação estava a ficar incontroável.

A Câmara Municipal tem vindo a fazer investimentos muito significativos, na expansão, na renovação e na modernização das redes de água e de saneamento do concelho, no geral, e da Freguesia de Covas, em particular. Até ao momento, já foi investido um valor que se aproxima dos 2ME, estando prevista uma nova empreitada para concluir a 2ª fase da instalação da nova rede, entretanto publicada em Diário da República superior a 1ME, não estando ainda incluídos os dois subsistemas existentes na Freguesia (Ledo e Chãos).

Por ser um sistema completamente autónomo e que estava fora da gestão municipal, o caso de Covas pode servir de referência para se saber qual o real custo da água.

- Vamos a algumas Contas (água Covas):

Se tivermos em consideração que, nos meses de janeiro e fevereiro, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira faturou, em média, 3.700 euros na distribuição de água, e cujo valor representará cerca de 44 mil euros por ano, verificamos que o custo do m³ da água colocada nas torneiras dos consumidores é muito superior ao faturado, não ficando qualquer margem para investimentos ou para a amortização dos custos de investimentos já efetuados.

Chamo ainda a atenção para o facto de que as tarifas são exatamente iguais às atualmente aplicadas nas restantes freguesias do concelho e, portanto, aplicadas de igual modo, a todos os consumidores do Município.

O valor estimado de 45 mil euros por ano para custo de serviço de abastecimento de água (cerca de 3.750 euros por mês) é fácil de calcular:

- Um trabalhador para manutenção, distribuição e dosagem de desinfetante (sem contar com o absentismo, trabalha 12 meses e recebe 14 meses);
- 5kms por dia em média de uma viatura para assistência à rede x 22 dias;

- Eletricidade e outros consumíveis;
 - Custo administrativo de registo de contratos, faturação (meio tempo);
 - Custo de envio de faturação pelos CTT;
 - Custo com análises, reagentes e desinfetantes.
- Este valor poderia vir a disparar caso a Freguesia de Covas integrasse o Contrato de Fornecimento de Água do ano 2000 com a empresa Águas do Norte, com o preço base de 0,54798 euros/m³ +taxas + impostos.

Com a entrada em vigor do referido protocolo, a 1 de janeiro de 2020, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira assumiu todas as despesas inerentes à captação e ao fornecimento de água, recebendo as respetivas receitas.

Assim, a faturação em 2020 foi de 3.812,84 euros em janeiro e de 3.603,70 euros em fevereiro.

Tendo como exemplo a Freguesia de Covas, garantidamente as tarifas aplicadas e que saem dos bolsos dos Cerveirenses podem eventualmente refletir o custo de gestão/manutenção, mas não refletem, de modo algum, o custo do investimento e a sua amortização.

Se aplicarmos a obrigatoriedade anteriormente referida (Introdução – Página 1), o preço do serviço tem de refletir os valores dos custos, incluindo todas as vertentes como a manutenção e a amortização do investimento, pelo que claramente temos a noção da realidade com que estamos a viver e com implicação direta nas tarifas aplicadas.

VII - Adesão à ADAM – Águas do Alto Minho

É ponto seguro que, genericamente, o serviço prestado pelo setor público é claramente mais caro que o mesmo serviço prestado pelo setor privado, ou seja, a gestão empresarial privada é mais eficiente financeiramente do que a gestão pública (o que poderá ser discutível é se o serviço é melhor ou pior, mas objetivamente é mais barato).

Só os mais desatentos, ou ideologicamente formatados, poderão contestar esta realidade, pelo que, para minimizar o inevitável crescimento dos custos de exploração a cargo dos municípios, optamos pela agregação de municípios, criando assim ganhos consideráveis por aumento de escala (prestação de serviços a 5.851 consumidores para mais de 100 mil consumidores) e, desde 1 de janeiro de 2020, a exploração e gestão do sistema de águas do Município de Vila Nova de Cerveira passou a integrar a empresa ADAM - Águas do Alto Minho, uma parceria 100% pública celebrada entre o Estado Português e os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

A constituição desta empresa pública resultou das novas diretrizes estatais que impedem os municípios de recorrer a fundos comunitários de forma isolada, sendo incentivada pelo próprio Governo a agregação dos sistemas municipais com menos de 20 mil habitantes.

A nova entidade assegurará a qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais na região através do reforço do investimento e da ampliação de captação de fundos comunitários.

A parceria vai concretizar, nos próximos três anos, investimentos na ordem dos 33,3 milhões de euros, com cofinanciamento comunitário através do POSEUR Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos. Destes, 19,6 milhões de euros serão destinados à expansão das redes de abastecimento e de saneamento, aumentando a cobertura dos serviços, e 13,7 milhões de euros serão dedicados à renovação das redes de abastecimento de água e à promoção da eficiência hídrica, com instalação de sistemas de monitorização e controlo para diminuição das perdas de água.

O modelo tarifário foi uniformizado em todos os Municípios aderentes utilizando os mesmos escalões de consumo e tipologia de utilizadores, estabelecendo a convergência das tarifas, fixas e variáveis, no que respeita a valor, estrutura e tipologia de utilizadores.

Para garantir a todos os cidadãos um serviço de qualidade, o cumprimento dos parâmetros de qualidade exigidos para a produção e distribuição de água para consumo humano e o correto tratamento das águas residuais recolhidas, as tarifas a praticar pela Águas do Alto Minho são aquelas que permitem assegurar a sua sustentabilidade económico-financeira.

Não obstante, a ADAM prevê ainda, a curto prazo (provavelmente em 2021), implantar, nos municípios que aderiam à parceria, um serviço público de recolha de efluentes domésticos (saneamento) provenientes das fossas de contenção temporária das habitações que não tenham acesso aos coletores da rede pública de saneamento (que, atualmente, em Vila Nova de Cerveira, são 1.632) contribuindo desse modo para a resolução de um grave problema ambiental existente e cuja resolução é há muita reclamada pela população e por autarcas.

Com a adesão à ADAM, o Município garantiu, desde logo, e a curto prazo, um investimento superior a 6ME nas suas redes de distribuição de água domiciliária e recolha de saneamento.

Se o Município não conseguisse um financiamento desta verba através dos fundos comunitários e tivesse que optar por recorrer a um bom financiamento bancário, essa opção traria ainda um

acréscimo de mais de 5 euros/mês, durante 20 anos a cada utilizador, indistintamente do consumo.

A todas estas contas, no Município de Vila Nova de Cerveira temos de acrescentar o custo de uma equipa de 8 trabalhadores do Município, 2 viaturas e 1 retroescavadora, além dos consumos de energia elétrica e custos de manutenção de rede, investimentos para ampliação e substituição de redes.

Lembro que o custo de água com a empresa Águas do Norte, através do contrato celebrado em 2000, tem o preço base de 0,54798 euros/m³ + taxas + impostos.

E que o preço base em entrega em ETAR do m³ de águas residuais é de 0,6486 euros/m³ + taxas + impostos.

Acrescento ainda que, segundo o ERSAR, o Município de Vila Nova de Cerveira utilizou, em 2019, 1.217,083m³ de água.

VIII - Conclusão

Em boa verdade, e em termos objetivos e racionais, e apesar de parecer uma contradição, estamos plenamente convictos de que a adesão à ADAM foi a melhor opção para o futuro, quer em termos financeiros quer em termos de serviço, a médio e longo prazo.

Sabendo que politicamente os investimentos nas redes de água e saneamento não dão votos, poderíamos ter “empurrado” estes problemas para a frente, utilizando a teoria de que quem vier depois “feche a porta”, mas essa não seria uma atitude correta nem responsável e, portanto, essa opção acarretaria enormes custos futuros para a autarquia e para os municípios, pelo que sempre foi e será a nossa opção enfrentar os problemas e vencer os desafios.

Atendendo a todos os custos e obrigações anteriormente evocados, os custos de exploração pela autarquia iriam crescer substancialmente, tornando-se insuportável para as finanças municipais, provocando um desequilíbrio económico-financeiro.

Há ainda a realçar a garantia de cumprimento das exigências emanadas pela entidade reguladora (ERSAR) e que, de outra forma, não estando a cumprir, estávamos a ser, consequentemente, penalizados financeiramente.

Acrescente-se, ainda, que esta opção permitiu ainda o acesso a avultados financiamentos do quadro comunitário de apoio através dos programas do POSEUR, permitindo ainda dar um forte contributo para a minimização de questões ambientais que se colocam na gestão destes recursos – água e do tratamento dos efluentes domésticos (saneamento).

Vila Nova de Cerveira,

26 de junho de 2020

O Presidente da Câmara Municipal,



João Fernando Brito Nogueira